

NATHÁLIA INÁCIA GOMES

**RACISMO E ANTIRRACISMO NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA  
ESCOLA**

GOIÂNIA

2021

NATHÁLIA INÁCIA GOMES

**RACISMO E ANTIRRACISMO NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA  
ESCOLA**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Dr. Marcos Antonio da Silva

GOIÂNIA

2021

NATHÁLIA INÁCIA GOMES

## **RACISMO E ANTIRRACISMO NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA ESCOLA**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Prof. Orientador: Dr. Marcos Antonio da Silva

---

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_ ( )

Prof. Convidado: Ms. Frederico Dourado Rodrigues Morais

---

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_ ( )

Nota final: \_\_\_\_\_ ( )

Goiânia, 16/06/2021

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta monografia a Professora Ma. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, pela confiança; a meus amigos, pelo apoio; a minha família, por tornar essa graduação um desafio; a meus professores, que me fizeram ter certeza do caminho que escolhi.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Professor Ms. Frederico Dourado Rodrigues Morais por toda admiração, confiança e disponibilidade; e ao Professor Dr. Marcos Antonio da Silva, pela paciência, compromisso e responsabilidade.

“No fim das contas, ao contrário do que se poderia pensar, a educação pode aprofundar o racismo na sociedade”.  
(ALMEIDA, 2019, p. 71)

## RESUMO

Este trabalho perpassa pelo período de colonização do Brasil, buscando entender o surgimento do racismo na sociedade brasileira. Adota a pesquisa bibliográfica e documental, com enfoque qualitativo. Classifica o racismo, no Brasil, como estrutural. Mostra que a escola não está isenta do racismo. Demonstra como o racismo atinge o alunado negro por meio de microagressões. Identifica que o professor pode ser um vilão ou paladino de práticas antirracistas devido ao poder do discurso. Compreende a Lei 10639/03 como um resultado das lutas do Movimento Negro e um avanço às práticas antirracistas no ambiente escolar. Determina como imprescindível uma educação antirracista a formação crítica de professores, na graduação e na formação continuada. Indica como fundamental que seja revisitada a história dos negros no processo de formação do País. Recomenda a valorização da cultura negra como imprescindível para a reconstrução da identidade positivada do alunado negro no Brasil. Conclui que o racismo se manifesta na escola através de microagressões e o antirracismo como resistência ao apagamento e silenciamento ao qual negros foram submetidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo. Antirracismo. Educação. Escola.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
1 CENÁRIOS DO RACISMO E DO ANTIRRACISMO NO BRASIL .....	11
1.1 O RACISMO E SUAS RAÍZES HISTÓRICAS .....	11
1.2 O ANTIRRACISMO COMO FATOR DE RESISTÊNCIA .....	16
1.3 O RACISMO E O ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA .....	20
2 MANIFESTAÇÕES DO RACISMO E DO ANTIRRACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR .....	27
2.1 O RACISMO NA ESCOLA: INFLUÊNCIAS E APROFUNDAMENTO .....	27
2.2 O MOVIMENTO ANTIRRACISTA COMO ENFRENTAMENTO NA ESCOLA .....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	44
REFERÊNCIAS .....	46

## INTRODUÇÃO

Nesta monografia, será investigado o racismo e antirracismo no Brasil e suas manifestações no ambiente escolar, com ênfase para o processo histórico de constituição destes dois movimentos no País. Entende-se, com isso, o antirracismo como movimento de luta e enfrentamento ao racismo.

Como estudante de pedagogia, sinto a necessidade de aprofundar meus estudos sobre o racismo e antirracismo, uma vez que, durante o curso, percebi que são assuntos pouco abordados nas disciplinas da matriz curricular. Dessa forma, temo que muitos pedagogos saiam da universidade com a crença de que o racismo é um problema manifesto na sociedade, mas ausente no ambiente escolar, uma vez que pouco se fala sobre o tema no ambiente formal de formação profissional dos futuros professores.

O problema do racismo na sociedade brasileira é histórico e estrutural, resultado da construção histórica do País e que não foi ainda superado. Com isso, a escola, como reproduz a sociedade que a integra, em geral, é vista como espaço de propagação de práticas racistas. Mas é justamente nela que muitos teóricos acreditam que seja o lugar de superação destas práticas. Dessa forma, a escola é caracterizada como um espaço propício para o debate e combate de práticas discriminatórias.

Neste sentido, em busca do enfrentamento e superação das práticas racistas dentro da escola, surge em 2003 a lei 10.639, que é considerada um avanço na direção das questões raciais na área da educação. Essa Lei se constitui como uma política de ação afirmativa, assim como as cotas raciais. Nesse sentido, vale ressaltar que as políticas de ações afirmativas de combate ao racismo são produtos das lutas do Movimento Negro.

A história do País é marcada pelo mito da democracia racial, o que marca uma contradição desse processo no Brasil. Não obstante, este mito afeta a escola e a educação. Dessa forma, é preciso desmitificá-lo através da consciência da pluralidade que há em nossa sociedade e, conseqüentemente, na escola e na sala de aula. Destaca-se, assim, a figura do professor como responsável para diminuir e lidar com situações de preconceitos.

Os teóricos em estudo, em geral, consideram a necessidade de uma formação para que os professores adquiram uma postura antirracista. Esta formação se torna

imprescindível uma vez que o racismo docente é considerado como um dos principais responsáveis pela propagação e manutenção de tais práticas dentro da escola.

Muitos professores encontram dificuldade em lidar com situações que envolvem o racismo dentro da sala de aula. Muito disso se deve porque há uma banalização do racismo, que acontece ao classificá-lo simplesmente como bullying. Essa classificação minimiza as especificidades do preconceito e não leva a medidas coletivas que visem o combate a essas práticas. Por isso se faz necessário visibilizar o racismo para que seja combatido e discutido.

Com a pesquisa, pretende-se investigar como o racismo se manifesta no ambiente escolar, assim como os modos de combatê-lo através do antirracismo, entendendo que o primeiro caminho para o combate é o reconhecimento da existência do problema. Para isso, examina-se o processo de constituição do racismo no País desde a colonização, culminando no surgimento dos movimentos antirracistas.

Ao final, com os resultados obtidos, pretendo aprofundar o conhecimento e contribuir para a minha formação como pedagoga e cidadã. Mas, principalmente, propor indicativos que permitam reflexões na comunidade acadêmica no âmbito das escolas, envolvendo professores, pais, diretores e todos os sujeitos que fazem parte da comunidade sobre o racismo como um problema real, atual e que deve ser superado a partir de posturas e atos que caracterizam o antirracismo.

# 1 CENÁRIOS DO RACISMO E DO ANTIRRACISMO NO BRASIL

Analisa-se a seguir a construção histórica do racismo e do antirracismo no Brasil. Divide-se esse estudo em três partes, sendo a primeira dedicada às raízes do racismo, a segunda à constituição do antirracismo como resistência e luta, e a terceira à contextualização dos dois movimentos dentro do cenário da educação brasileira. Para fundamentar os argumentos, foram adotados os seguintes teóricos: Almeida (2019), Cavalleiro (2001), Colaço, Gomes e Melo (2018), Freitas (2012), Gonçalves (2016), Macedo (2016), Moore (2007), Ribeiro (2019), Santos (2001), Santos (2005), Silva (2016) e Souza (2005).

## 1.1 O RACISMO E SUAS RAÍZES HISTÓRICAS

O Brasil é um País caracterizado pela diversidade, seja ela racial ou cultural. E sobre esta questão, muito se deve ao processo de colonização. Com isso, é comum a veiculação da ideia de que o berço do racismo é a escravização. Sendo assim, ao buscar as origens do racismo, Moore (2007) afirma ser incoerente dizer que as raízes do racismo se encontram na escravização. Segundo ele, o racismo sempre esteve ligado às características fenotípicas. De acordo com este teórico, essas características funcionam como ponto de referência para as discriminações raciais. Já a prática da escravização surgiu na Antiguidade, em que “grupos dominados ou perdedores de conflitos territoriais passavam a ter como obrigação o trabalho compulsório ou escravo para com o outro.” (FREITAS, 2012, p. 5)

Almeida (2019, p. 77) afirma que “são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele ou o formato do rosto, que fazem de alguém negro.” Desta maneira, entende-se que aspectos não fenotípicos também influenciam, direta ou indiretamente, na identidade do negro.

Ao longo do processo de colonização, o negro foi sempre descrito como marginalizado e incapaz de se gerir sozinho. Essa ideia surgiu no século XV como ideologia, na qual os europeus se baseavam para afirmar que os africanos, asiáticos e americanos possuíam uma dependência civilizatória (FREITAS, 2012). Nesta direção, Almeida (2019, p. 28) reconhece que

[...] a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania.

Sobre ideologia, Almeida (2019) a define como uma visão ilusória da realidade. Com isso, sob a influência dos meios de comunicação, da indústria cultural, do sistema educacional e do sistema de justiça, que são mecanismos que reforçam o imaginário social, compreende-se que a visão sobre a sociedade não é um reflexo da realidade social, mas sim a representação da relação com a realidade.

Outro aspecto a ser observado são os mecanismos de dominação (MACEDO, 2016), criados pelos povos brancos e que disseminaram a ideologia da degenerescência do mestiço, o ideal do branqueamento e o mito da democracia racial, que permanecem ainda no imaginário social e que, por isso, dificultam a ascensão social do negro. Almeida (2019, p. 40) assinala que

[...] o domínio de homens brancos em instituições públicas [...] e em instituições privadas [...] depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos.

De acordo com Macedo (2016), o mito da democracia racial esconde as desigualdades raciais ao afirmar que não existem diferenças raciais no Brasil e que a convivência no País é harmoniosa. Para Santos (2001), esse mito responsabiliza a população negra pelas próprias desigualdades econômicas que sofrem. E Moore (2007) afirma que essa ideologia representa um obstáculo ao avanço da sociedade.

Dessa forma, nota-se que o Brasil é marcado por contradições, como afirmam Colaço, Gomes e Melo (2018). A realidade social do País não condiz com o mito da democracia racial: é escancarada a discriminação do negro na sociedade e, mesmo assim, o racismo ainda é banalizado. Para Moore (2007), a subestimação e a trivialização do racismo surgem de uma necessidade ideológica:

Em primeiro lugar, trata-se de legitimar e consolidar a posição do segmento racial dominante, mediante um discurso e práticas conscientemente orientadas para a manutenção de um status quo. Mas a trivialização do racismo também procede do intento do segmento dominante de deslegitimar

as crescentes lutas reivindicatórias das populações-alvo do racismo. (MOORE, 2007, p. 29)

Porém, de acordo com Almeida (2019), como a sociedade é globalizada, multicultural e constituída de mercados livres, o racismo se apresenta disfarçado. Abre-se, então, um espaço para reflexão. Ainda hoje, o racismo está presente em todos os espaços sociais. Considerando o exposto, pode-se afirmar que, ainda que a situação do racismo no Brasil seja árdua, acredita-se que ele poderia se apresentar de forma mais explícita.

Em relação a Nação brasileira, Moore (2007) define como preocupação a polarização da população, cindindo o Brasil em dois países radicalmente opostos. Ao mesmo tempo que o racismo é comprovado estatisticamente e vivido por todos os negros no País, há aqueles que negam a existência da discriminação racial.

Ao discutir o racismo na sociedade, é comum ouvir que só existe uma raça, a raça humana e que, por isso, as queixas sobre a discriminação racial não são válidas. Para Santos (2001), ao se referir a raça, a conotação é política, não biológica. Afirmando esta ideia, Colaço, Gomes e Melo (2018) indicam que falar de racismo marca um posicionamento político. Como exemplo, Almeida (2019, p. 31) afirma que:

Os eventos da Segunda Guerra Mundial e o genocídio perpetrado pela Alemanha nazista reforçaram o fato de que a raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico.

Dessa forma, dizer que o racismo possui uma conotação política significa que ele ainda é utilizado para a tomada de decisões da vida social. Assim, ele é determinante no que diz respeito aos espaços ocupados pelos negros na sociedade. Reitera-se que o conceito de raça não é respaldado pela biologia nem pela genética.

Ou seja, debater o racismo envolve aspectos que afetam a sociedade em todas as dimensões, não apenas o sujeito em sua individualidade. Santos (2001, p. 106) assinala que:

A discriminação racial não é um problema da criança negra, mas uma oportunidade de crianças negras e não-negras se conhecerem, discutirem e instaurarem novas formas de relação, que tenham impacto em suas vidas e na sociedade como um todo.

Dessa maneira, entende-se que o racismo é um problema de todos, não apenas do discriminado. Também é comum ouvir que os negros são minoria no País. Santos (2001) indica que a população negra representa quase metade da população total do Brasil. Ao escutar o termo “minoria”, pensa-se logo em uma pequena parcela da população. É fato que, ao falar dos negros no Brasil, não se está falando de uma minoria populacional, mas sim de uma minoria de direitos.

Por isso, Almeida (2019, p. 34) fala sobre a discriminação positiva, que tem como objetivo “corrigir as desvantagens causadas pela discriminação negativa”. Sabe-se que os negros são expostos a marginalização em todos os aspectos da vida social, e muito se deve pela exiguidade de direitos que reconheçam seu passado, que é marcado por lutas. Assim, a discriminação positiva surge a fim de reverter o quadro de discriminação a que a população negra foi relegada. Como exemplo, as cotas ocupam o que Almeida (2019) chama de discriminação positiva, pois elas se constituem em uma política de ação afirmativa.

Macedo (2016) afirma que o racismo se esconde por trás da universalidade das leis. Mesmo a Constituição de 1988 afirmando que todos são iguais perante a lei, é nítida a discriminação que os negros sofrem em relação aos brancos. Pode-se questionar quais são os cargos mais comuns que os negros ocupam, a diferença salarial, a desigualdade de oportunidades, a violência a que sofrem e até mesmo a diferença com que estes são tratados no sistema jurídico e na mídia.

De acordo com Santos (2001), as sociedades eram classificadas como superiores ou inferiores de acordo com a sociedade europeia. Moore (2007) reconhece que o racismo, a partir do século XV, se baseava nas ideias do europeu acerca da diversidade. Com isso, pode-se dizer que o padrão estabelecido para a inferiorização dos negros é europeu, e foi dessa maneira que os brancos conquistaram sua hegemonia. Segundo Almeida (2019, p. 25),

[...] o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas.

A colonização do Brasil foi marcada pela aculturação, e Freitas (2012) descreve esse processo como ocupação criminosa dos europeus. Segundo ele, o Brasil é estudado a partir da ocupação europeia portuguesa. Esse estudo remete a uma

vertente preconceituosa. Por isso, ressalta a necessidade de ouvir as vozes dos participantes ativos do Brasil, daqueles que participaram efetivamente da construção da sociedade brasileira. Ou seja, olhar a construção do País através de uma versão brasileira. Moore (2007, p. 27) adverte que:

Relembrar à sociedade o processo verdadeiro por meio do qual se constituiu realmente a Nação traz também o desafio de se criar um terreno favorável para a implementação de medidas públicas tendentes a reduzir o impacto histórico cumulativo que teve a escravidão sobre aqueles brasileiros, hoje a metade da população, que se encontram confinados, em sua maioria, nas posições sociais de maior precariedade.

Assim, reforça a ideia exposta por Almeida (2019) acerca da discriminação positiva. Além de recontar a história brasileira sob outro ponto de vista, é necessário, também, que sejam implementadas medidas públicas, como ações afirmativas, a fim de reduzir o impacto provocado pelas sequelas da escravidão, como os estigmas que ainda permanecem relacionados às pessoas negras.

De acordo com Freitas (2012), o processo de aculturação concebida como bárbara a forma educacional dos povos nativos e africanos e que: “[...] só depois dessa desaculturação esses povos estariam entrando definitivamente no patamar de proximidade da ‘intelectualidade’ de seus algozes.” (FREITAS, 2012, p. 4). Seguindo esta ideia, mesmo depois da abolição da escravatura, a população negra continuou sendo perseguida pelo estigma de inferioridade.

Hoje, observa-se este aspecto ao ouvir do senso comum que todos os negros são infelizes, pobres, dignos de pena e que não possuem vida digna. Essas e outras falas que negativizam e generalizam a história de vida dos negros carregam o estigma pejorativo a respeito da identidade dos negros. Então a autoestima dessa população tende a ser comprometida.

Além disso, é recorrente o discurso de que os próprios negros cometem racismo. Essa ideia, apesar de não ser totalmente falsa, perpetua posicionamentos racistas, uma vez que é veiculada de maneira incompleta, pois:

Pessoas negras, portanto, podem reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas. Submetidos às pressões de uma estrutura social racista, o mais comum é que o negro e a negra internalizem a ideia de uma sociedade dividida entre negros e brancos, em que brancos mandam e negros obedecem. (ALMEIDA, 2019, p. 68)

Com isso, entende-se que esse discurso é mantido para culpabilizar os negros pelo racismo. Sendo que, como mostra Almeida (2019), apenas reforça a pressão que essa população sofre com o racismo, internalizando suas ideias, mesmo que por meio da reprodução da própria violência de que são vítimas.

Compreendendo o racismo como violência, Colaço, Gomes e Melo (2018) afirmam que ele atinge a dignidade humana. Com isso, entende-se a necessidade de compreendê-lo historicamente para que seja possível enfrentá-lo. Nessa perspectiva, Almeida (2019, p. 32) define racismo como

[...] forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

É importante ressaltar que, quando se enfoca raça e racismo, muito do que é circulado se baseia no senso comum. Neste sentido, surge a ideia de racismo reverso. Sobre isso, primeiro é necessário dizer que o racismo está ligado ao poder. Assim, Almeida (2019, p. 53) afirma que:

Há um grande equívoco nessa ideia porque membros de grupos raciais minoritários podem até ser preconceituosos ou praticar discriminação, mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, seja direta, seja indiretamente.

Não somente a ideia de racismo reverso, mas também outras falácias acerca do racismo são comumente circuladas e, muitas vezes, tomadas como verdade. Entendendo o racismo como processo histórico, por isso, estrutural (ALMEIDA, 2019), juntamente com praticamente todos os enfoques até aqui apresentados, portanto, faz-se necessário um movimento de resistência contra a estrutura de poder que se constitui o racismo.

## 1.2 O ANTIRRACISMO COMO FATOR DE RESISTÊNCIA

Ao longo da trajetória de vida, é provável que cada um já tenha se deparado com várias situações de injustiça. Em específico, situações que dizem respeito a população negra são bastante recorrentes. No campo da educação, o cenário se

repete: a população negra é uma constante vítima da discriminação racial. Gonçalves (2016) indica a precariedade da situação educacional dos negros. Também, Freitas (2012) observa que a educação é negligente com a maior parte da população e constata que a trajetória da educação dos negros no Brasil é marcada por injustiças, exclusões, negações e inferiorização. Assim, mostra-se a necessidade de mudança de cenário para que a educação escolar seja acessível para toda a população.

Gonçalves (2016) investiga o processo de abandono ao qual os negros foram relegados. Com isso, conclui que: “Aos negros só foi possível a qualificação porque não estavam isolados, abandonados à própria sorte. Contaram com outro tipo de solidariedade: a de classe.” (GONÇALVES, 2016, p. 341) Ou seja, para superar o histórico de exclusão no campo educacional, houve uma organização dessa população pela reivindicação de seus direitos.

Diante desse processo, os movimentos sociais foram surgindo em busca de igualdade na educação (MACEDO, 2016). Na década de 1960, segundo Moore (2007), a problematização do racismo ocorreu fomentada pelo movimento negro, buscando conscientizar a nação sobre a existência do racismo. A partir de então, há uma maior preocupação com os temas relacionados a discriminação racial.

Sobre essa questão, Silva (2016) aponta que os movimentos sociais organizados, além de buscar pela reivindicação dos seus direitos, reafirmam a identidade dos participantes ativos do movimento. Sobre o movimento negro, reconhece que tem como uma das principais funções o estímulo do despertar da consciência negra. Desse modo, firma-se a importância dos movimentos sociais, sobretudo o movimento negro organizado, pois representam papel importante da reafirmação da identidade dos indivíduos que lutam por uma causa em comum.

Inclusive, Silva (2016) relata que os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 foram responsáveis pela garantia de diversos direitos sociais que, posteriormente, se tornaram leis na Constituição Federal de 1988. Assim, mostra-se a importância desses movimentos para a consolidação de direitos que, possivelmente, não seria garantida se não fossem por essas lutas organizadas.

Além disso, Santos (2005) indica que a pressão dos movimentos sociais negros conseguiu a atenção de vários políticos ao redor do Brasil. Com isso, entenderam a necessidade de reformular as normas que regulam o sistema de ensino. Dessa forma, o autor mostra algumas alterações feitas por meio de leis em alguns municípios do Brasil que caminham rumo a uma educação antirracista, livre de racismo dentro do

ambiente escolar e sem a propagação de estereótipos. Acrescenta-se que o estudo realizado por Santos (2005) mostra que as alterações feitas no campo das leis também falam da capacitação e qualificação de professores, assim como do debate, cursos e seminários para tratar da situação atual dos negros no Brasil.

Entretanto, de acordo com Santos (2005), o período de Ditadura Militar não foi muito propício para a militância negra antirracista. Nessa época, os temas e questões raciais eram considerados como questão de segurança nacional. Com isso, compreende-se que houve um “[...] grande refluxo nos movimentos sociais” (SANTOS, 2005, p. 24). Nesse sentido, considera-se que a Ditadura Militar atrasou a luta antirracista por se constituir como um período histórico de opressão e repressão, em que as questões raciais não eram tratadas com seriedade, provando que o racismo, desde muito tempo, é banalizado no País.

Ainda assim, mesmo com a abertura das discussões acerca do racismo, parte da sociedade ainda se fecha para as discussões, até mesmo negando que haja racismo na sociedade, mesmo que ele seja “escancarado”. Porém, o movimento de lutas antirracistas encontra nessa contradição mais um motivo para continuar lutando pela mudança do cenário social racista.

Surge, a partir da luta dos movimentos negros, a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Esta lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo “[...] o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.” (BRASIL, 2003). Freitas (2012, p. 12) adverte que: “Conhecer a nossa verdadeira trajetória enquanto povo é o primeiro passo para ensinar aos nossos alunos outra história que foi silenciada durante séculos, e que agora precisa ser falada.” Esta lei representa um importante marco rumo a uma educação antirracista, assim como outras políticas de ação afirmativa, como a política de cotas.

Ocorre, assim, uma mudança profunda nos currículos das escolas brasileiras. Para Freitas (2012), esta lei representa uma forma de combate ao racismo educacional. Também significa um avanço na direção da discussão das questões raciais. Santos (2001) ressalta a necessidade de corromper a ordem dos currículos escolares, porque estes são eurocêntricos. Nesta direção, tem-se que: “Os questionamentos e inquietações dos alunos sobre as questões raciais precisam de

respostas coerentes e realistas, não com a visão europeia do assunto, mais com a versão brasileira do assunto” (FREITAS, 2012, p. 12).

Por isso, Almeida (2019) afirma que a educação pode aprofundar o racismo. Assim, vemos a escola como um espaço ambíguo. Nela, pode-se reproduzir preconceitos existentes na sociedade, assim como é possível transformá-la em um espaço de consolidação de práticas antirracistas por meio de um conjunto de ações que busquem, sobretudo, romper com a estrutura de poder vigente, que legitima o racismo.

Dessa forma, é possível afirmar que, para o enfrentamento do racismo, o primeiro passo é enfrentá-lo historicamente. Reafirmando essa ideia, Ribeiro (2019, p. 21) constata que “[...] reconhecer o racismo é a melhor forma de enfrentá-lo.” De acordo com Colaço, Gomes e Melo (2018, p. 416), não se enfrenta o racismo se este for mantido na invisibilidade, ou seja, “[...] manter o racismo na invisibilidade contribui, especialmente, para a dificuldade de professores enfrentarem o problema e tomarem atitudes de claro combate a ele.”

Entretanto, o que significa ser antirracista? Em primeiro lugar, considera-se o antirracismo como uma prática de enfrentamento ao racismo. Também é uma luta contra as estruturas que utilizam o racismo como forma de manutenção de poder. Neste contexto, Ribeiro (2019, p. 36) enfatiza que a luta antirracista deve ser uma preocupação também da população branca: “Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas.”

De maneira geral, essa prática consiste em ações que põem em pauta o racismo na sociedade, na busca de alterar o cenário ao qual a população negra é submetida no País. Desse modo, constitui-se como uma luta de toda a população que se preocupa com a mudança do status quo e que se responsabiliza pelo racismo. Assim, Ribeiro (2019) enfatiza que a luta antirracista não é apenas dos negros.

Nesse sentido, o mito da democracia racial é um grande vilão das práticas antirracistas, haja vista que: “Essa visão paralisa a prática antirracista, pois romantiza as violências sofridas pela população negra ao escamotear a hierarquia racial com uma falsa ideia de harmonia” (RIBEIRO, 2019, p. 19). Assim, acreditar que o Brasil é ausente de conflitos de raça significa negar toda história do povo negro no País, que é marcada pela violência, assim como descreditar todos os movimentos de luta em prol da igualdade racial que, há anos, busca reconhecimento.

Enfim, a indignação com a situação dos negros brasileiros é recorrente em parcela da sociedade, porque esta população sofre os efeitos do preconceito racial que foi construído historicamente no País desde a colonização. Com isso, cabe a pergunta: como é possível ser antirracista? Na busca por responder a essa questão, Ribeiro (2019) afirma que a primeira medida para combater o racismo é o autoquestionamento.

Dessa forma, entende-se que o racismo faz parte da estrutura da sociedade, mas isso não nos impede de enfrentá-lo. Como Moore (2007, p. 24) afirma: “Tem surgido a suspeita de que, talvez, se trate de um fenômeno que representa o maior desafio para a nossa compreensão, ou solução.” Assim, a luta antirracista se consolida como uma tarefa árdua, mas viável, necessária e, sobretudo, urgente.

Cavalleiro (2001, p. 159) ressalta que a tarefa de ser antirracista implica em “[...] lutar contra a história oficial, os meios de comunicação, a educação familiar e religiosa.” Assim, entende-se que muitas pessoas ainda se fecham para o antirracismo porque, durante toda a vida, ouviram serem propagadas por todos os meios ideias racistas. Por isso, tornou-se uma verdade absoluta, então difícil de desconstruir.

Reitera-se a ideia trazida por Almeida (2019) de que o racismo é histórico, por isso estrutural. Dessa forma, é possível compreender como o racismo penetrou e permanece tão forte no subconsciente dos indivíduos da sociedade atual. Assim, fortalece a urgência do antirracismo, para combater o que foi construído desde a invasão dos portugueses no País.

Com isso, fica claro que a educação brasileira sofre diretamente as consequências do racismo no País. Isso se evidencia seja pela identidade negativa dos alunos negros construída dentro do espaço escolar, quanto pela falta de acesso às instituições de ensino para essa população.

### 1.3 O RACISMO E O ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Dentre outras questões correlatas, cabe a pergunta: “Como poderá uma criança ou jovem gostar de ser visto ou chamado de negro (a)?” (SOUSA, 2005, p. 107). Com esse questionamento, inicia-se o debate acerca da identidade do negro, em especial no que diz respeito a construção da identidade do alunado negro no Brasil. Colaço,

Gomes e Melo (2018) entendem que a identidade é construída na relação do sujeito com a sua própria cultura ao longo de sua vida. A respeito da identidade étnico-racial, afirmam que ela é

[...] um processo de construção subjetiva que se forma a partir da identificação de pertencimento cultural. No caso no negro, essa identificação também assume a marca da cor da pele e de características fenotípicas em sua base, o que, por um processo histórico de desqualificação entre grupos étnicos, torna-se alvo de preconceito e discriminação (COLAÇO; GOMES; MELO, 2018, p. 398).

A educação brasileira ainda carrega grandes marcas de um ensino tradicional, que tem como principal instrumento de ensino o livro didático. Sendo assim, pode-se afirmar que todos, como estudantes, já utilizaram o livro didático e, lógico, esse uso também fez parte da trajetória docente. Mas, alguém que pertence a estes segmentos dedica algum tempo para verificar como a população negra é retratada neles? Qual a percepção acerca dos vocábulos e termos utilizados ao se referir a essa parcela da população? Como são descritos os processos de escravização no Brasil? As imagens que permeiam esses livros constroem um imaginário positivo e verdadeiro sobre os negros?

Além disso, pode-se questionar se os professores estão qualificados para lidar com as situações de discriminação racial que ocorrem dentro do espaço escolar. Esses profissionais são isentos da prática racista? São capazes de se reconhecer como agentes da prática antirracista?

Sousa (2005) afirma que a linguagem é um dos veículos centrais na transmissão de ideologias, seja ela verbal ou não verbal. Colaço, Gomes e Melo (2018) apontam para o caráter fluido das identidades culturais. Sendo assim, é notável a influência da linguagem na construção e transformação das identidades dos indivíduos. Com isso, ao pensar a escola e seus desdobramentos, vê-se este espaço como perigoso. Muito se deve ao fato de que grande parte dos professores não compreendem que podem reproduzir e compactuar com o racismo, mesmo de maneira inconsciente e que, além disso, muitos materiais que permeiam o universo escolar contêm ideias preconceituosas.

No cotidiano escolar, como aponta Macedo (2016), o professor tem relevância no ensino devido ao poder do discurso. A partir disso, pensar a situação educacional dos negros no Brasil causa preocupações, uma vez que Freitas (2012) reconhece os

professores como grandes vilões da causa antirracista. Colaço, Gomes e Melo (2018, p. 416) admitem que:

Assim, estando professores e estudantes imersos em uma cultura ainda impregnada do colonialismo e vinculada ao padrão europeu e de branquitude, tornam-se compreensíveis, embora não aceitáveis, certos discursos, reações e atitudes com que convivemos na pesquisa.

De acordo com o exposto, ao entender o processo de constituição da sociedade brasileira, marcado pelo padrão europeu, é possível identificar a origem do racismo e compreender o porquê deste se encontrar tão impregnado nos membros da sociedade. O que não deveria acontecer é que, no que se refere aos educadores e professores, conscientes da influência de seu discurso, continuarem perpetuando o racismo em suas práticas.

Nesse sentido, Santos (2005) mostra que o movimento negro sempre teve como preocupação a formação adequada de professores para que estes saibam a maneira correta de lidar com as questões raciais que aparecem nas escolas. Dessa forma, com uma conscientização acerca da problemática racial, os professores teriam noção do poder de seu discurso, evitando, assim, que perpetuassem o racismo em sala de aula.

Com isso, no ambiente escolar, é comum, infelizmente, que as crianças e jovens negros tenham dificuldade para se reconhecer, uma vez que as linguagens que permeiam a escola não dão visibilidade ao grupo negro, ou dão visibilidade negativa e inferiorizante (SOUSA, 2005). E Sousa (2005, p. 114) ainda reconhece que:

Considerando que os instrumentos legitimadores utilizados pela escola, pela família e outras instituições sociais importantes, como a mídia, tendem a desqualificar os atributos do segmento étnico-racial negro, é que compreendemos que os alunos constituintes desse grupo desenvolvem, muitas vezes, uma autoestima acentuadamente baixa, por não encontrarem, nesse contexto, referenciais negros socialmente valorizados.

Desde a colonização do País, ser negro é visto como algo negativo. Sobre isso, Santos (2001, p. 99) afirma que:

Não é para menos que uma parcela significativa dos brasileiros fica procurando uma ascendência europeia na qual se apoiar: um bisavô português, uma tataravó italiana, para assim se ver menos negro, menos índio, até mesmo menos brasileiro.

Esta reflexão remete a seguinte indagação: se mesmo a população branca, privilegiada, tenta deslegitimar suas origens, em qual posição ficam os negros, que são as vítimas do racismo e que tiveram seus elementos culturais massacrados pelos povos europeus desde a colonização?

Esta questão, no espaço escolar, contribui para que muitos alunos negros, ao se verem identificados nos materiais espalhados pela escola, construam sua identidade baseada em estereótipos. Assim, revela-se outra preocupação da educação antirracista, que é o trato com os materiais didáticos dispostos nas escolas. Sabe-se que é necessário construir uma imagem positivada dos negros. Sem a análise desses materiais, juntamente com a maneira como a história do País é ensinada, essa se torna uma tarefa impossível, pois as crianças negras se veem representadas sempre negativamente.

Por isso Cavalleiro (2001) afirma que a educação antirracista nada mais visa do que garantir a permanência de crianças e adolescentes na escola, garantindo seu direito constitucional. E propõe que:

Para reverter a situação de sofrimento das crianças e adolescentes negros é necessária e urgente a elaboração de alternativas pedagógicas que concorram para incluí-las e mantê-las no sistema formal de ensino, garantindo o direito constitucional à educação plena, pública e de qualidade (CAVALLEIRO, 2001, p. 160).

Pelo visto, o racismo na educação brasileira reflete-se na questão identitária do alunado negro, assim como o antirracismo reverbera na busca por uma reconstrução da identidade desses alunos, marcada pela inferiorização e discriminação. Reconhece, assim, a influência da escola na construção da identidade dos alunos. Por isso, ressalta, mais uma vez, a importância da escola como responsável pelos discursos que a cercam.

Historicamente, pela mancha social deixada pela escravização no Brasil, os negros foram afastados do mercado de trabalho e do sistema de educação formal. Com isso, foram retirados do núcleo social e expostos à constante marginalização. De acordo com Santos (2005, p. 21), a população negra, sentindo as consequências desse período histórico, entendeu que a educação formal era um mecanismo de ascensão social:

A valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos negros para ascender de status. Houve uma propensão dos negros em valorizar a escola e a aprendizagem escolar como um “bem supremo” e uma espécie de “abre-te sésamo” da sociedade moderna.

Contudo, para Silva (2016), apenas a escola não foi suficiente para que os negros tivessem seus direitos sociais garantidos. Para esta autora, o sistema capitalista contribui para a existência do racismo na sociedade atual. Silva (2016, p. 70) argumenta que:

Em tempos atuais o Capitalismo se baseia na competição social em busca de privilégios, status, poder e ascensão social, o que acaba por reforçar e perpetuar as diferenças sociais. É nesse sentido que o racismo ganha força no capitalismo. Talvez por isso o racismo esteja ainda tão presente em nossa sociedade, mesmo após séculos de ter-se findado o regime escravista no Brasil.

Além da Educação Básica, pode-se constatar que o Ensino Superior também faz vítimas do racismo. Para inserir a população negra nas universidades públicas brasileiras, instaurou-se a política de cotas. Contudo, essa política teve como consequência, por um lado, mais ataques a população negra, sobre o prisma de que essa medida estaria provando que não é igual ao resto da população, necessitando, assim, de leis específicas para o seu ingresso na universidade.

Já outra política pública criada para diminuir os danos dos anos de escravização no Brasil e suas consequências é a lei 10639/03, já mencionada anteriormente. Esta lei torna obrigatório o estudo das origens da população negra no País, assim como do papel dessa população na construção do Brasil.

Sobre o ensino nas escolas do processo histórico de construção do País, pouco ou nada se ensina sobre o papel dos indígenas e dos negros. Para Silva (2016, p. 65):

A luta contra o racismo e a busca pelo conhecimento em relação às histórias dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira têm se tornado uma questão política fundamental ao se pensar na construção de uma sociedade de fato democrática.

Assim sendo, fica explícita a importância do estudo da constituição do País sobre outra ótica: a dos que foram escravizados e colonizados. Sabe-se que o estudo da história do Brasil é eurocentrista. Com isso, os conteúdos repassados para as crianças e adolescentes nas escolas recebem um viés que não contempla a história real nem completa do verdadeiro processo.

Tanto no que diz respeito aos povos indígenas quanto a população negra, muito do preconceito que é disseminado hoje tem sua origem na maneira como é contada a história do País para as crianças. A história é contada do ponto de vista dos povos brancos, e esse lado da história prejudica esses povos.

Como exemplo, na escola, ensinam que, após a assinatura da Lei Áurea, em 1888, a escravidão teve fim no Brasil. Porém, sabe-se que houve um longo processo para que a Lei atingisse o seu propósito, e que ainda não se deu plenamente a inserção do negro na sociedade.

Dessa maneira, interromper o ensino da história do negro nesse evento histórico representa uma grande falha no sistema educacional. Com isso, passa-se para as crianças a ideia de que, após o período de abolição, o percurso de vida dos negros passou a ser harmonioso. Assim, colabora para o fortalecimento do mito da democracia racial.

Por isso, a lei 10639/03 se constitui como um mecanismo de extrema importância para essas populações, uma grande aliada para a população negra a fim de narrar a história e a cultura que foram negados durante toda a história marcada pela aculturação no Brasil. Assim, a inserção dessa lei altera profundamente os currículos das escolas, alterando o ponto de vista ao contar a história, refletindo na autoestima e identidade de crianças e jovens.

Reitera-se que reivindicações sobre a situação educacional dos negros ocorreram mais de uma vez ao longo da história. Como exemplo, Santos (2005) mostra que, em 1950-1978, a reivindicação pelo estudo da história da África já acontecia. Porém, apesar de mudanças mostradas pelo autor em âmbito municipal e estadual, a lei 10639/03 simboliza uma mudança em âmbito federal.

Porém, sobre esta lei, Santos (2005) aponta que é genérica e limitada, pois, de certa forma, joga a responsabilidade do ensino para os professores. Além disso, afirma que “[...] a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, apresenta falhas que podem inviabilizar o seu real objetivo, qual seja, a valorização dos negros e o fim do embranquecimento cultural do sistema de ensino brasileiro.” (SANTOS, 2005, p. 34)

Assim, Santos (2005, p. 35) define como solução a pressão dos movimentos e dos intelectuais envolvidos na luta antirracista:

Pensamos que é preciso não somente melhorar esta lei, considerando as falhas que apontamos acima, mas, principalmente, que é preciso uma pressão constante dos movimentos sociais negros e dos intelectuais

engajados na luta anti-racismo junto ao Estado Brasileiro para que esta Lei não se transforme em letra morta do nosso sistema jurídico. Ou seja, é preciso mais do que nunca pressão sobre os governos municipais, estaduais e federal para que esta Lei seja executável.

Dessa forma, percebe-se que há, ainda, um longo caminho a ser percorrido no que diz respeito às legislações e ações alternativas que buscam inserir a população negra na sociedade brasileira, sobretudo ao que diz respeito ao acesso à educação. Porém, o que já foi conquistado até o atual momento não pode ser desconsiderado, como as cotas, por exemplo, porque significaria um retrocesso na luta dos movimentos negros organizados.

Em suma, o racismo se constitui como um elemento que impacta negativamente toda a sociedade e suas instituições, sobretudo a escola. É nesse ponto que se dá a educação antirracista, que é entendida como um meio para que a população que foi marginalizada durante toda a história do País tenha seu direito a educação garantida.

Por isso, faz-se necessário o reconhecimento do racismo como um problema estrutural, que se instaura no País desde sua constituição após a invasão dos portugueses, ou seja, que esteve presente durante toda a história do País. Nesse sentido, reforça a necessidade de toda a população de se entender inserida nesse contexto, para que assim seja entendida a necessidade da luta antirracista, incluindo a população branca que, consciente ou inconscientemente, colabora para a manutenção do status quo.

## **2 MANIFESTAÇÕES DO RACISMO E DO ANTIRRACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR**

Nesta seção, analisa-se a presença do racismo e do antirracismo dentro do ambiente escolar. Para isso, é realizado um estudo baseado nos livros e materiais didáticos que permeiam a escola, assim como a formação crítica de professores rumo a uma educação antirracista. Neste sentido, utiliza-se como fonte: Costa (2013), Freitas (2012), Gomes (2003), Krauss e Rosa (2010), Macedo (2016), Munanga (2013), Müller e Coelho (2013), Müller e Santos (2013), Ribeiro (2019), Santos (2001) e Sousa (2005).

### **2.1 O RACISMO NA ESCOLA: INFLUÊNCIAS E APROFUNDAMENTO**

Considerando as ideias expostas no capítulo anterior, fica claro o entendimento de que a escola pode ser um espaço para a propagação do racismo, uma vez que ela não está desvinculada da sociedade, que é racista. Porém, percebe-se que a ideia de que a escola é um espaço harmonioso ainda culmina na sociedade. Dessa forma, entende-se que o racismo na escola se perpetua por meio de microagressões, ou seja, tem como característica a sutileza. Almeida (2019, p. 48) assinala que:

Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento etc. Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas.

Com isso, a impressão dada é a de que a escola não é racista, uma vez que uma visão acrítica de parcela da sociedade não percebe essas ações. Porém, por mais que sejam sutis, representam uma ameaça a identidade da população negra, que sofre diretamente a consequência desses comportamentos. Sobre isso, Sousa (2005, p. 110) argumenta: O fato de, muitas vezes, o racismo não ser explicitado verbalmente, não o torna menos presente e agressivo no dia a dia dos alunos e alunas negros(as), pois há muitas outras maneiras pelas quais ele se manifesta na cultura brasileira [...]”.

Com isso, cabe a pergunta: de quais maneiras a escola dissemina o racismo e como isso pode se findar? Um primeiro ponto, talvez o principal a ser abordado, diz respeito aos materiais didáticos que circulam na escola, sobretudo o livro didático. Considera-se os livros didáticos como materiais importantes, porém desafiadores.

Parte disso se deve porque o livro didático é, muitas vezes, o único material de leitura e escrita ao qual as crianças têm acesso, segundo Santos (2001). Por isso seu uso não pode ser totalmente descartado. Sobre isso, Costa (2013, p. 80) argumenta:

O livro didático é o mais importante recurso pedagógico utilizado pela escola na prática docente. Isso porque serve como subsídio no que se refere ao desenvolvimento de conteúdos específicos, e, muitas vezes, se constitui um dos poucos, se não o único, materiais de consulta ao qual estudante e docente têm acesso no decorrer do ano letivo.

Além disso, Costa (2013) indica que o livro didático passou a ser tomado como exclusivo mediador de conhecimentos de acordo com a expansão da educação escolar às camadas populares. Dessa forma, instaura-se uma preocupação maior com o trato desse material, e que recai na formação de profissionais críticos para o uso e seleção adequados desses livros, para que eles não sejam mais um meio de disseminação de figuras estereotipadas da população negra. Entende-se, assim, que o livro didático pode ser um recurso importante na sala de aula, uma vez que haja formação crítica para que os professores percebam os conteúdos racistas e filtrem o que está sendo passado para os alunos.

Essa consideração maior deve-se ao fato de possibilidade dos livros serem os principais instrumentos de disseminação do racismo, pois, além das imagens mostrando o negro em posições inferiores, também há os textos escritos que contam a história do País e a história dessa população de maneira distorcida da realidade, ou melhor, pela visão europeia branca. Ou seja, os livros didáticos contam com o uso da linguagem verbal e não verbal para propagar ideias que desvalorizam grupos não brancos. Por esse viés, despreza a trajetória dos negros e indígenas que ativamente participaram para a construção da nação brasileira. Assim, estuda-se nas escolas, normalmente, a história por apenas um ponto de vista. Sobre isso, Ribeiro (2019, p. 65) expõe que:

O privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder. É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram.

Um exemplo relevante que esclarece o perigo da história contada por apenas um ponto de vista está na abolição da escravatura. A Lei Áurea conferiu a Princesa Isabel o título de heroína dos escravos. Tal reconhecimento se deu sem considerar o contexto político da época, cultuada como redentora da escravidão apenas pela sua assinatura, ao mesmo tempo que os negros foram vistos como assujeitados.

Müller e Coelho (2013, p. 35) mostram que: “A produção historiográfica recente tem enfatizado a importância da atuação da população negra (escrava e liberta) nas lutas pela abolição.” Contudo, essa contribuição não é repassada nas escolas. Sobre isso, Müller e Santos (2013, p. 93) afirmam:

A difusão de uma história apenas com grandes personagens brancos, grandes feitos ou contribuições dos dominadores ou de uma elite branca acaba por produzir uma imagem de assujeitamento, passividade e submissão da população negra e de pessoas que foram escravizadas, inculcando um sentimento de desvalia no grupo e negação de si.

Nessa direção, firma-se uma atenção para que a história verdadeira de construção do País seja contada para as crianças desde a Educação Infantil. Entende-se, assim, que causará um impacto positivo na identidade e autoestima das crianças e adolescentes, pois terão seu passado reconhecido e valorizado. Espera-se, com isso, que esses jovens entendam que a história de seu povo, dentro e fora do Brasil, não foi sempre marcada pela subordinação e sofrimento. Além disso, recontar a história dos negros, para Gomes (2003, p. 78): “Significa resgatar a positividade dessa cultura, a sua beleza, a sua radicalidade e sua presença na constituição da nossa formação cultural”.

Müller e Santos (2013) mostram a necessidade do cuidado ao examinar a história de um povo. Haja vista que se esse cuidado não for tomado, ocorrerá a perpetuação e reprodução de ideias hegemônicas, ou seja, “[...] corremos o risco de perpetuar ou reproduzir a hegemonia de uma história narrada pelos colonizadores e dominadores de uma nação, o ponto de vista do outro, e não a revelação de uma história submersa e silenciada” (MÜLLER; SANTOS, 2013, p. 91).

Sobre a cultura negra, Gomes (2003, p. 79) questiona: “Quanto tempo ainda esperaremos para que a escola e os educadores/as avaliem de forma séria e não essencializada a riqueza e a fecundidade da cultura negra construída no Brasil, e o seu peso na formação cultural das outras etnias?” Essa questão revela a necessidade da escola se aprofundar no que diz respeito a cultura dos negros, além da história

dessa população, porque “Essa cultura faz-se presente no modo de vida do brasileiro, seja qual for seu pertencimento étnico.” (GOMES, 2003, p. 77). Ao enfatizar a importância do resgate dessa história, que se trata da história de todos, Munanga (2013, p. 29) frisa que:

A devolução dessa memória é importante não apenas para os alunos de ascendência africana, mas ainda para os alunos de outras ascendências étnicas, porque eles também tiveram seus aparelhos psíquicos afetados por uma educação envenenada. Além disso, essa memória não pertence apenas aos negros; ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual todos se alimentam cotidianamente é resultante das relações de todos os segmentos étnicos que por motivos históricos conhecidos foram obrigados a conviver desigualmente neste encontro de culturas e civilizações que é o Brasil atual.

De acordo com Santos (2005), já é marcada, em 1995, a preocupação do movimento negro com os livros didáticos e outros materiais escolares. Na Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, as lideranças dos movimentos negros colocaram em pauta, por meio do Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, a necessidade de um monitoramento dessas produções. Isso ocorre porque esses materiais acabam transmitindo conteúdos que inferiorizam a população negra, o que se reflete na construção da identidade e autoestima do alunado negro brasileiro. Ou seja, o trato dos materiais que permeiam a escola, como livros didáticos e cartazes, é visto como um dos principais pontos de análise e mudança para que a educação antirracista seja alcançada. Nesse sentido, Krauss e Rosa (2010, p. 858) exemplificam que:

Tal situação se desenrola, sobretudo nas aulas de História do Brasil Colonial, na qual os “negros” são retratados apenas como escravos, obedientes, coitados e suas características físicas são menosprezadas. Essa visão preconceituosa está presente em boa parte dos materiais pedagógicos utilizados pelos(as) professores(as). Esses materiais não mencionam as relações culturais e sociais dos africanos e seus descendentes, sendo que estes aparecem apenas realizando trabalho compulsório. As diferentes formas de resistência à escravidão raramente são mencionadas e a questão da abolição é tratada como uma dádiva da elite branca progressista que tencionava desenvolver o capitalismo no Brasil, sendo portanto contra a escravidão.

Assim, observa-se que o livro didático, sobretudo os livros de História, ao contarem a história do Brasil, modificam a participação dos negros na construção do País, reforçando estereótipos. Além disso, ignora a contribuição cultural de outros povos, fortalecendo o eurocentrismo.

Munanga (2013), ao analisar o sistema educacional brasileiro, o define como monocultural e eurocêntrico. Isso se deve porque: “Esta herança cultural africana constitui uma das matrizes fundamentais da chamada cultura nacional e deveria por este motivo ocupar uma posição igual às outras, isto é, as heranças europeias, indígenas, árabes, judia, orientais etc.” (MUNANGA, 2013, p. 27) Neste sentido, Müller e Santos (2013, p. 90) destacam a necessidade de uma educação multicultural:

A adoção de uma visão e abordagem multicultural considera a necessidade de resgate, reconhecimento e valorização da cultura africana (e da identidade negra) e, portanto, não pode relativizar a participação dos afrodescendentes na produção de valores e saberes presentes na sociedade brasileira.

Revela-se assim, a desigualdade no sistema educacional no que se refere às culturas que são estudadas. Dessa forma, entende-se que a cultura africana nunca ocupou a posição de igualdade em relação à cultura europeia. Munanga (2013, p. 27) argumenta: “Se assim fosse, não teria nenhum sentido a Lei nº 10.639, promulgada pelo presidente da República, 115 anos depois da abolição.” Inclusive, Müller e Santos (2013) reconhecem a importância da Lei 10639/03 ao constatar que antes dela, a cultura africana nunca tinha sido objeto das disciplinas escolares no Brasil. E Munanga (2013, p. 28) acrescenta à essas ideias:

Por isso, não é novidade dizer aqui que, a partir da abolição, os sobreviventes da escravidão e seus descendentes de ontem e de hoje foram simplesmente submetidos a um sistema educacional monocultural, eurocêntrico, que nada tinha a ver com sua história, sua cultura e visão do mundo. Essa submissão subentende uma violência cultural simbólica tanto significativa quanto física, sofrida durante a escravidão.

Müller e Santos (2013) também reconhecem que a herança africana detém pouco ou nenhum espaço dentro da escola. Com isso, propõem uma mudança no lugar que a cultura negra ocupa: “Entendemos ser imperativo deslocar esta cultura de seu lugar de saber menor, do colonizado ou subalternizado no ideário nacional, considerada hegemonicamente como inferior, não devendo, portanto, ser parte da cultura escolar.” (MÜLLER; SANTOS, 2013, p. 89)

Se não há mais dúvida sobre as heranças culturais africanas na formação da identidade nacional brasileira, por que então o sistema educacional não as incorporou e precisou-se esperar as reivindicações do Movimento Social Negro para começar a discutir a questão? (MUNANGA, 2013, p. 28)

Com essa pergunta, Munanga (2013) demonstra a preocupação com a inserção da cultura africana no sistema educacional. Para esse autor, fica claro que todo o país carrega a preocupação com a diversidade. Com isso, entende-se que o fato do Brasil não ter ações efetivas para o combate da desigualdade e debate da diversidade se constitui como uma incógnita. Entretanto, Munanga (2013) aponta o racismo como a resposta para este problema.

Müller e Santos (2013) designam ao cotidiano escolar o papel de se conhecer as produções afro-brasileiras que fogem do conhecimento da sociedade. Porém, o racismo e o preconceito agem impedindo que esses conhecimentos cheguem até a escola.

Outro aspecto a ser observado é que os movimentos de resistência pouco são constados nesses materiais, dando força para as ideias que já culminam de que essa população não se esforça para ascender socialmente. Sobre os processos de resistência, Munanga (2013) demonstra a importância desses movimentos para a construção da identidade nacional. E Munanga (2013, p. 26) reconhece que:

Mais do que isso, a resistência cultural desses africanos foi tão forte, a ponto de criar uma cultura de resistência que por sua vez contribuiu para modelar a chamada cultura nacional e a identidade nacional. Como somos vistos lá fora, no mundo ocidental? País do samba, do futebol, do carnaval, da feijoada, das mulatas etc. Isto é, os símbolos da resistência cultural dos negros, brancos e índios, mesmos aqueles que foram reprimidos durante a colonização, passaram a integrar o processo de construção da cultura e da identidade plural brasileira.

Com isso, evidencia-se a importância de conhecer os processos de construção do País, incluindo os movimentos de resistência, para não excluir este segmento do sistema de educação formal. Nessa direção, Krauss e Rosa (2010, p. 862) argumentam acerca do trabalho docente que:

É imprescindível que o profissional da história possua um conhecimento mais substancial sobre a história do Brasil e suas conflituosas relações de poder, e principalmente compreenda o racismo histórico brasileiro, tendo a sensibilidade através de suas ações, de problematizar as situações vivenciadas no cotidiano escolar.

Sobre essa questão, Munanga (2013) utiliza o termo “falsificada” para se referir a maneira como a história é contada nos livros didáticos. Inclusive, afirma que esta pode ser a explicação para a repetência e a evasão escolar dos alunos afrodescendentes, na medida em que:

A busca da explicação dessa situação remeteria, além da questão socioeconômica, à questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afrodescendentes, ausentes no sistema educativo formal. Sua história, quando presente no livro didático, é contada apenas do ponto de vista do “outro” e muitas vezes falsificada e apresentada numa ótica estereotipada. (MUNANGA, 2003, p. 28)

Nesse sentido, Müller e Santos (2013) demonstram como os aspectos da cultura negra são retratados. Ressalta-se que:

De modo particular, a cultura negra, fatos, personagens e suas contribuições na construção da sociedade brasileira são considerados de menor valor, e até mesmo invisibilizados, mantidos os estereótipos e preconceitos, representados nos livros didáticos e nos espaços escolares nas cenas de escravidão, sofrimento e subserviência [...]. (MÜLLER; SANTOS, 2013, p. 97)

Assim, a imagem do negro é retratada e repassada no sistema de ensino de maneira errônea por meio de estereótipos. Da mesma forma, os elementos da cultura negra também são apagados e estereotipados.

Munanga (2013) assinala que muitos elementos que fazem parte da cultura brasileira hoje são derivados da cultura negra, inclusive parte do vocabulário da língua portuguesa do Brasil. O problema consiste ao perceber que essa contribuição não é lembrada na sociedade.

Em relação ao espaço escolar, Müller e Santos (2013, p. 92) asseguram que a escola é o espaço no qual as identidades são tecidas: “É no espaço escolar que podem ser disseminados novos saberes e valores, resgatando-se práticas sociais e culturais necessárias para as tessituras de identidades.” Por isso, se constitui como um importante lugar para o ensino da história e cultura africanas, porque impacta diretamente na identidade de seu alunado.

Munanga (2013) define a escola como indispensável para a inserção e mobilidade no mercado de trabalho. Sendo assim, justifica o porquê da população negra, mesmo não se sentindo representada no ambiente escolar, insistir em fazer parte de um sistema educacional que não valoriza sua história e sua cultura. Munanga (2013, p. 28) argumenta que:

Além disso, a maioria das crianças, adolescentes e jovens negros não conseguiu ingressar de modo representativo no sistema de educação existente que, embora não contemplasse sua história, cultura e visão do mundo, é indispensável para a inclusão e mobilidade no mercado de trabalho e em outros setores da vida nacional. Prova disso é o número de analfabetos

negros ou afrodescendentes proporcionalmente muito alto e de universitários afrodescendentes proporcionalmente muito pequeno, comparado com o número de analfabetos e universitários de outras ascendências étnicas.

Considerando todos os aspectos destacados, fica evidente que a construção de uma identidade positivada do alunado negro fica prejudicada dentro de um espaço que não respeita nem valoriza sua história e sua cultura. Nesse sentido, Müller e Santos (2013, p. 97) constataam: “A escola passa a ser um ambiente de negação de sua identidade, desvalorização de sua cultura e subalternização de sua personalidade.”

Krauss e Rosa (2010) afirmam que a Constituição Federal de 1988 embasou a criação da Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nela, enfoca que o ensino da História do Brasil deve levar em conta as contribuições de diferentes culturas na formação do País e do povo. Nesse sentido, Munanga (2013, p. 21) afirma que: “A imagem de um Estado-Nação construída com base numa única cultura, isto é, numa única língua, numa única religião, numa única visão do mundo, está se tornando cada vez mais uma raridade, se não um mito.”

É possível questionar como o Brasil, um país formado pela diversidade, se encontra envolto pelo racismo e pelo silenciamento. Sobre essa questão, Munanga (2013, p. 22) admite que:

Nos países da América do Norte e do Sul, que são países não apenas de velhas migrações, mas também de deportações humanas através do tráfico negreiro, o quadro é totalmente diferente dos países ocidentais, pois nasceram do encontro de culturas e de civilizações. O Brasil oferece o melhor exemplo de um país que nasceu do encontro das diversidades: os povos indígenas de diversas origens étnicas, os europeus de diversas origens étnicas, os africanos escravizados de diversas origens étnicas ou culturais, todos sem exceção deram suas notáveis contribuições na formação do povo brasileiro, na construção de sua cultura e de sua identidade plural.

Fica evidente que o Brasil, a partir da colonização, ou seja, a partir da invasão europeia, foi constituído por múltiplas origens. Dessa maneira, nada mais justo que o estudo e o reconhecimento dessas origens no sistema educacional brasileiro.

Costa (2013) mostra que, sobre o uso do livro didático, há uma dependência dos professores com esse material. O problema dessa dependência consiste porque o livro didático “[...] faz com que se dê o repasse não somente dos conteúdos específicos, como, também, dos conteúdos ideológicos.” (COSTA, 2013, p. 81).

Dessa forma, a utilização do livro didático como único instrumento é perigosa porque, além de significar a limitação dos conteúdos a apenas uma fonte, transmite também, cegamente, as ideologias que o conteúdo pode carregar. Ou seja, a consciência crítica por parte dos educadores é necessária para filtrar o que chega às crianças, porque os livros não carregam apenas conhecimentos, mas também ideologias que disseminam o racismo.

Entretanto, Santos (2001) aponta que houve avanços na produção editorial de livros didáticos. Porém, destaca que há outros aspectos nos currículos que também precisam de atenção, na medida em que:

Podemos considerar que ocorreram grandes avanços na produção editorial. No entanto, esses trabalhos são ainda incisivos na análise dos livros didáticos a serem adotados nas escolas. Resta-nos avançar mais na produção de materiais que contribuam para a eliminação do “etnocentrismo” dos currículos escolares e na elaboração de uma metodologia de tratamento da diversidade racial no ambiente escolar. (SANTOS, 2001, p. 103)

Nesse sentido, mostra-se que é importante que a metodologia dos professores também seja reavaliada. Além dos materiais didáticos, a maneira com que a equipe escolar lida com a diversidade racial também impacta diretamente na identidade dos jovens negros e na perpetuação e disseminação do racismo.

A partir da implementação da lei 10.639/03, Costa (2013) relata que professores tratam a temática da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na escola por meio de ações pontuais, como os projetos. Dessa forma, assuntos relacionados a essa lei ficam presos no “[...] âmbito do transitório, cuja efetivação possa se dar por meio de ações pontuais” (COSTA, 2013, p. 84).

Costa (2013) também relata que esses professores compreendem que os projetos não são eficazes para que os temas sobre a diversidade sejam devidamente abordados em sala de aula. Mas, seja pela sobrecarga de trabalho ou desinteresse, os projetos foram a maneira encontrada pelos professores para cumprir a lei em questão. Nesse sentido, Krauss e Rosa (2010, p. 863) acrescentam que:

Mesmo a Lei prevendo a obrigatoriedade de alguns conteúdos no ensino de história, ela irá impactar não somente a organização, como também a seleção e elenco de temáticas. Uma das principais consequências de sua implementação pela escola é a mudança de narrativas nas aulas de história, em que o Brasil afro-brasileiro, bem como sua ancestralidade histórica, passa a ser compreendido de maneira positivada —o mesmo poderá ser dito sobre história da África. Portanto, uma educação das relações étnicas dentro desse

contexto é possivelmente menos um conteúdo e mais o alicerce da ação educativa, enraizando-se por todo o currículo.

Com isso, evidencia-se que o trabalho com projetos não é suficiente para contemplar a Lei 10639/03. Trabalhar esta Lei envolve um processo de seleção de alguns conteúdos, temas, materiais e recursos pedagógicos, não sendo possível abranger toda a importância contida nesta regulação com apenas algumas ações pontuais que são realizadas pela escola apenas devido a sua obrigatoriedade.

Percebe-se, então, que muitos professores não têm conhecimento da maneira mais eficaz de se tratar os temas que se tornaram obrigatórios com a lei 10.639/03. Sobre isto, Costa (2013, p. 87) indica como possível solução

[...] a urgente e imperiosa necessidade de as Instituições de Educação Superior incluírem nos currículos dos cursos que ofertam, também, os mesmos conteúdos que culminem com a promoção de educação para as relações étnico-raciais, contribuindo para a desconstrução das ideologias raciais presentes no imaginário e nas práticas sociais, assim como para a ampliação das possibilidades de transformações no que se refere às desigualdades raciais.

Assim, percebe-se que os professores desenvolveriam sua consciência crítica acerca dos temas relacionados a diversidade social e cultural na universidade, antes de entrar em contato com as situações de racismo no ambiente escolar em que trabalham. Evitando, dessa forma, que se tornem instrumentos de propagação do racismo, mesmo que inconscientemente. Costa (2013, p. 87) também indica outro aspecto necessário para a efetivação da lei 10.639 acerca da

[...] intensificação das políticas de formação continuada sobre relações raciais na sociedade brasileira para profissionais da educação, de modo a possibilitar-lhes melhor compreensão sobre as contribuições dos negros africanos e brasileiros ao Brasil e, conseqüentemente, das ideologias raciais como fator estruturante da sociedade brasileira na produção de subestima à importância do segmento da população brasileira, composta por pretos e pardos.

Desse modo, com as políticas de incentivo à formação continuada de professores, os temas de diversidade seriam estudados em sua complexidade, assim como os processos de construção do País pelas mãos da população negra e indígena. Com isso, pretende-se reverter o quadro de professores que desconhecem esses processos, assim como não sabem lidar com as questões de diversidade que surgem na escola.

A formação continuada se constitui como um elemento de extrema importância na formação de professores críticos porque sabe-se que, na escolarização desses professores, esses temas não foram estudados. Por isso, se estabelece como uma oportunidade para professores aumentarem seu repertório cultural, o que se reflete tanto na sala de aula e do ambiente escolar, quanto na vida pessoal desses professores, alcançando toda a sociedade.

É explícito que para professores trabalharem de maneira adequada e competente, de conformidade com a Lei 10639/03, é necessário que a escola realize algumas ações a fim de propiciar uma educação para a diversidade e uma educação antirracista. Krauss e Rosa (2010) sugerem que o primeiro passo para a efetivação da Lei seja a capacitação dos educadores e material didático adequado, no entendimento de que:

Como a Lei existe e deve ser cumprida em todos os níveis da educação, as primeiras ações a serem tomadas pela escola são a capacitação do corpo docente e a aquisição de material adequado para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana (KRAUSS; ROSA, 2010, p. 863).

Além dos livros didáticos, observa-se a presença de outros recursos que podem transmitir ideias racistas e discriminatórias. Por exemplo, cartazes, músicas e até mesmo peças teatrais desenvolvidas pela escola podem se tornar disseminadores dessas ideias.

No caso das peças teatrais, normalmente desenvolvidas para as apresentações de datas comemorativas (que também se constituem como uma grande problemática das questões raciais e culturais), pode-se questionar os papéis designados para as crianças negras. Além disso, ao utilizar músicas como um instrumento pedagógico, busca-se, muitas vezes, por produções artísticas clássicas, de épocas em que a discussão sobre o racismo não era relevante. Ou seja, muitas músicas podem propagar o racismo. Portanto, é importante, também, um trabalho crítico de seleção de músicas que não contribuam para a disseminação dessas ideias.

Gomes (2003) afirma que a cultura passou a fazer parte do repertório da educação como nunca observado. Apesar da preocupação demonstrada com os modismos e jargões pedagógicos, demonstra a evidência de que essa mudança já é um resultado positivo das lutas sociais. Segundo Gomes (2003, p. 75), este fato “Constitui uma inflexão no pensamento educacional, fruto das mudanças ocorridas em

nossa sociedade devido às ações e demandas dos movimentos sociais, dos grupos sociais e étnicos.”

Munanga (2013, p. 22) complementa esta ideia ao afirmar que “Nunca se falou tanto da diversidade e da identidade como no atual quadro do desenvolvimento mundial dominado pela globalização da economia, das técnicas e dos meios de comunicação.” Com isso, é notável um avanço considerável no que se refere a valorização das culturas e da diversidade. Porém, é importante ressaltar que a ideia de avanço não pode significar estagnação, porque é necessário continuar avançando para que uma mudança efetiva ocorra.

## 2.2 O MOVIMENTO ANTIRRACISTA COMO ENFRENTAMENTO NA ESCOLA

Ao refletir sobre a escola, pode-se pensar que se trata de um espaço livre de conflitos. Porém, essa visão é ingênua e prejudica o avanço de uma visão crítica sobre o ambiente escolar. É na escola que algumas crianças se deparam, pela primeira vez, com as outras e com as diferentes concepções que elas carregam. Assim, Freitas (2012) define a escola como espaço de encontro de diferenças, sejam elas étnicas, religiosas, culturais ou ideológicas. Por isso, ela deve ser o lugar principal para o debate de práticas racistas e para o encontro de estratégias de combate efetivo. Dessa forma, faz-se necessário que a escola esteja preparada para enfrentar situações de racismo.

Contudo, assim como é na escola que as crianças têm contato com as diferenças, esse pode ser o espaço em que muitos professores são obrigados a enfrentar e combater as diferenças pela primeira vez. É assim que se constitui como o principal espaço para o enfrentamento e combate de práticas racistas, assim como o debate sobre a diversidade e desigualdade.

Sabe-se que a escola é vista como mecanismo reprodutor das ideologias presentes na sociedade. Sobre essa questão, Sousa (2005, p. 108) avisa: “[...] não podemos compreender o espaço escolar como mero reprodutor de idéias hegemônicas.” Complementando esta ideia, Santos (2001, p. 105) afirma que:

Não podemos permanecer na definição da escola como “instrumento ideológico do Estado” ou como instrumento de “colonização” ou “aculturação”. Cabe sublinhar a sua potencial responsabilidade em contribuir para a transformação dos processos de exclusão de parte da sociedade.

Conforme exposto, fica claro que o primeiro passo para compreender a escola como capaz de transformar sua situação de desigualdade e discriminação é romper com a visão de que ela apenas reproduz as ideologias dominantes da sociedade. Se é na escola que esses processos de violência em geral acontecem, também é nela que eles podem se encerrar. Gomes (2003, p. 77) reitera essa ideia ao afirmar que

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas.

Com isso, surge a importância de se trabalhar, na escola, questões que valorizem a cultura dessa população. Ribeiro (2019, p. 41), nessa direção, assinala que:

Um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais.

Assim, revela que a importância de se trabalhar questões referentes a cultura negra extrapolam os muros da escola. Nesse caso, a Lei 10.639/03 representa um grande avanço na direção dessa discussão, pois, com ela, a valorização da cultura negra poderá alcançar até aqueles que não frequentam esse espaço, reverberando em toda a sociedade.

Macedo (2016) ressalta que o cotidiano escolar está impregnado pelo mito da democracia racial. A noção de que a escola é um espaço livre de conflitos reforça essa ideia. É preciso ignorar a concepção de que a escola é neutra. A neutralidade não existe nem deve existir nesse espaço. Afirmar que o ambiente escolar é neutro e ignorar as situações de discriminação que acontecem nesse espaço significa silenciar essas violências. Sobre o trabalho docente, Cavalleiro (2001, p. 149) destaca que: “Ou nós educadores realizamos esse trabalho ou atuamos a favor da disseminação

dos preconceitos. Não há como nos mantermos neutros. É preciso optar, pois lutar contra isso não é tarefa exclusiva da população negra.”

De acordo com Macedo (2016), o racismo dos professores leva a não discussão do racismo. Por isso, faz-se necessário desconstruir o racismo docente, principalmente ao que diz respeito ao silenciamento. Para que ocorra a mudança nesse cenário, é “[...] essencial a intensificação do trabalho de formação e sensibilização junto aos educadores com vistas a instrumentalizá-los melhor para enfrentar situações desta natureza.” (SOUSA, 2005, p. 107) É importante que o professor saiba sua importância no combate ao racismo. Através do discurso, ele pode ser responsável pela manutenção desse sistema, assim como pela propagação e, não obstante, pelo enfrentamento.

Parte deste trabalho está na substituição de termos e palavras presentes no vocabulário, não apenas do professor, mas de toda a sociedade. Palavras como denegrir e criado-mudo e expressões como “serviço de preto”, “inveja branca” e “ovelha negra” devem ser, urgentemente, retiradas do vocabulário de qualquer brasileiro. Pode ser que, muitas vezes, ao utilizar esses termos, não se esteja consciente da carga ideológica que eles carregam. Ou seja, mesmo que a intenção de quem utiliza estes vocábulos não seja racista, esta ideia acaba sendo perpetuada. Inclusive, Almeida (2019) enfoca que o racismo se manifesta mesmo sem intenção.

No campo da educação, Freitas (2012) sugere, dentre outros exemplos, a substituição de escravidão por escravização e de escravo por escravizado. Para Ribeiro (2019, p. 8), a palavra escrava “[...] denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação de outrem.” No ensino da História do Brasil, o uso desses vocábulos é recorrente. Ou seja, as concepções negativas acerca do negro acompanham o ensino.

Esses e outros termos que associam o negro ao negativismo consolidam a discriminação, segundo Sousa (2005). Por isso, urge a necessidade de repensar a linguagem do fazer pedagógico, a fim de não reproduzir ideias que desvalorizem a população negra.

Krauss e Rosa (2010) afirmam que o preconceito não é inato, por isso, pauta-se no cuidado para que os discursos preconceituosos e racistas do mundo adulto não sejam levados às crianças, sobretudo no ambiente escolar. Reforça-se, nesse sentido, a atenção para o discurso docente, assim como para todas as linguagens que

compõem o ambiente escolar, que podem perpetuar o racismo. Krauss e Rosa (2010, p. 870) argumentam que:

Enquanto atitude o preconceito não é inato e sim construído socialmente, portanto nenhuma criança nasce preconceituosa, ela aprende a ser. Todos nós socialmente cumprimos um percurso que tem início na família, vizinhança, círculos de amizade, igreja, escola que se estende até nos inserirmos em instituições como profissionais ou enquanto atuantes em movimentos políticos e sociais e comunidades; devemos levar em consideração que os primeiros julgamentos raciais que as crianças apresentam são consequências do seu contato com o mundo adulto; as manifestações raciais de caráter pejorativo vão se acentuando na medida em que a criança convive num ambiente que constantemente deprecia negros, judeus, mulheres, índios, idosos, pessoas de baixa renda e homossexuais.

Faz-se necessário, neste sentido, que os professores tenham consciência da importância do trabalho com o vocabulário, ressignificando e reformulando expressões que são corriqueiramente utilizadas no dia a dia docente. Sousa (2005, p. 113) enfatiza: “Daí, ser fundamental aos educadores ter cuidado e conhecimento crítico para não caírem nas armadilhas de seu próprio discurso, para não transformá-lo em propagador de ideologias dominantes.” Dessa forma, Gomes (2003, p. 77) alerta sobre o papel do professor ao admitir que:

Cabe ao educador e à educadora compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificaram a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este fenômeno interfere na construção da auto-estima e impede a construção de uma escola democrática. É também tarefa do educador e da educadora entender o conjunto de representações sobre o negro existente na sociedade e na escola, e enfatizar as representações positivas construídas politicamente pelos movimentos negros e pela comunidade negra. A discussão sobre a cultura negra poderá nos ajudar nessa tarefa.

Nota-se que há um impedimento por parte de segmentos representativos dos professores em discutir assuntos relacionados a diversidade, sobretudo o racismo. Acredita-se que muito se deve ao descrédito às questões raciais ou a invalidades que se dá a essa problemática. Também há a ideia de que, ao abordar o racismo, aumenta-se os conflitos. De qualquer forma, essas ideias resultam no silenciamento docente. Sobre isso, Krauss e Rosa (2010, p. 874) destacam:

É muito importante debatermos na sociedade, sobretudo na escola, a questão étnico/racial desmistificando o racismo para dessa maneira superarmos a discriminação racial. Ao contrário do que muita gente pensa, discutir publicamente o racismo não fomenta o conflito entre os diversos grupos étnico/raciais, pelo contrário, quando silenciarmos este assunto é que

reforçamos a existência da discriminação, do racismo e da desigualdade racial.

Sobre a negação e o silenciamento do racismo, Müller e Santos (2013, p. 92) ressaltam: “A negação da sua existência acaba por dificultar o seu combate (e a consequente eliminação).” Assim, implica-se que o professor, em hipótese alguma, deveria negar a existência do racismo e silenciá-lo, porque, com a força do discurso docente, cabe a ele grande responsabilidade no combate a práticas racistas.

Somando a essa ideia, Müller e Santos (2013) atentam para a prática de uma pedagogia antirracista. Entende-se que esse modo de educar começa pela aceitação da pluralidade: “Aceitar a pluralidade é reconhecer e difundir a singularidade e diferença e, deste modo, a escola deve construir e praticar uma pedagogia antirracista que contemple de forma igualitária as diversidades, negando exclusões e desigualdades.” (MÜLLER; SANTOS, 2013, p. 90)

Müller e Coelho (2013) indicam a inclusão da História da África e do negro como uma nova problemática a ser enfrentada pelo professor. Esse desafio consiste em superar o discurso eurocêntrico.

Nota-se, então, que a implantação da lei 10639/2003 significou um avanço no trato da diversidade nas escolas. Porém, sua implementação efetiva se constitui como mais um desafio para a comunidade escolar. Nesse sentido, Müller e Santos (2013) afirmam que é necessário o reconhecimento da importância da lei pelos professores, para que assim o trabalho seja significativo.

É preciso tecer com os/as professores/as e gestores/as conhecimentos que lhes possibilitem compreender a importância da lei e de suas diretrizes. Bem como implementar políticas que garantam a permanente inclusão da história e cultura negra no sistema educacional, e de formação continuada de profissionais da educação que vise a uma descolonização da prática pedagógica e a efetivação de uma pedagogia antirracista. (MÜLLER; SANTOS, 2013, p. 100)

Apesar de avanços, como a Lei 10.639/03, é possível caminhar ainda mais rumo a uma escola que seja ciente que não é isenta do racismo, mas que também saiba como enfrentá-lo, a começar por pequenas mudanças, como a de vocabulário. Para isso, é importante compreender que a escola não está isolada da sociedade. Então, o racismo que permeia o meio social também está presente no meio escolar. Negar esse fato significa consentir toda a violência a que o povo negro já sofreu e sofre.

Porém, é válido lembrar que a Lei 10639/03 não funciona como um mecanismo que elimina o racismo dentro das escolas. Nesse sentido, Munanga (2013, p. 29) ressalta que:

Não existem leis capazes de destruir os preconceitos que existem em nossas cabeças e provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. A educação ofereceria uma possibilidade aos indivíduos para questionar os mitos de superioridade branca e de inferioridade negra neles introjetados pela cultura racista na qual foram socializados.

Finalmente, admite-se que a escola é um espaço dúbio. Para a transformação deste cenário, faz-se necessário um trabalho contínuo com os professores, educadores, equipe pedagógica e que se reflita na comunidade acadêmica, a fim de estudar maneiras de enfrentamento efetivo a este problema, tendo como base a noção de que é preciso conhecer o racismo para combatê-lo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto nas duas seções deste trabalho monográfico, constata-se que o racismo é uma forma de violência presente no Brasil desde o processo de colonização. Por isso, ele é estrutural. Isso significa que todas as instituições sociais também propagam e disseminam o racismo. Dessa forma, a escola, instituição responsável pela educação formal, encontra-se em uma posição desafiadora. Por estar inserida na sociedade, ela propaga o racismo; porém, acredita-se que ela é o principal mecanismo para o combate a ele

Mostra-se que um importante meio para combater o racismo no ambiente escolar é a formação de professores críticos. Isso se dará por meio da formação crítica dos professores dentro das universidades e através da educação continuada. A formação de professores consiste em esclarecer a existência da diversidade e do racismo no Brasil, destacando a importância do estudo da história e cultura afro-brasileira. Nesse sentido, a lei 10693 torna obrigatório o ensino nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio dessa história e dessa cultura, que sofreram, até então, um apagamento e silenciamento.

A revisão teórica aqui elaborada mostrou que os materiais didáticos que percorrem o ambiente escolar disseminam uma imagem estereotipada e falsificada do negro e de toda a contribuição dessa população para a construção da nação brasileira. Acredita-se, então, que o reconhecimento e valorização da história afro-brasileira impactará na construção de uma identidade positivada do alunado negro. Neste cenário, a figura do professor ganha bastante relevância. Assim como a escola, o educador é visto com duplicidade. Isso deve-se ao poder do discurso que professores carregam. Com ele, os professores podem ser grandes vilões da luta antirracista, assim como serem grandes aliados para o combate ao racismo no ambiente escolar.

Respondendo a problemática proposta para a elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso, a qual busca-se entender as manifestações do racismo e do antirracismo no ambiente escolar, entende-se, em suma, que o racismo se manifesta na escola por meio do silenciamento, apagamento e propagação de estereótipos. Não contar a história da população negra na construção do País, não valorizar a cultura africana e afro-brasileira e disseminar imagens que mostram o negro ocupando

espaços de subordinação são as maneiras sutis com que o racismo penetra a escola e afeta negativamente a identidade de um grupo significativo da população brasileira.

Em contraponto, o antirracismo no ambiente escolar se manifesta como movimento de enfrentamento e combate a essas microagressões. Assim, repercute diretamente na reconstrução da identidade da população negra, sobretudo das crianças e jovens que já foram vítimas de uma educação racista e, por isso, carregam marcas que, infelizmente, se tornam permanentes.

Por fim, a pesquisa apresentou resultados positivos para a minha formação profissional e como cidadã. Mas, por outro lado, marcou grande insatisfação com o sistema de ensino superior ao qual fui submetida, porque, em oito semestres de curso e passando pelas disciplinas de muitos professores, o racismo e seus reflexos na escola nunca foram abordados com propriedade e seriedade. Inclusive, ao analisar este fato, entende-se que é resultado do racismo estrutural, que julga as discussões sociais como inválidas, por isso, não merecem um espaço de discussão dentro das universidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: \_\_\_\_\_. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. 3. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.

COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; GOMES, Isadora Dias; MELO, Janaína Farias de. O racismo e suas formas de mascaramento no contexto escolar. In: LIMA, Aluísio Ferreira de; GERMANO, Idilva Maria Pires; SABOIA, Iratan Bezerra de; FREIRE, José Célio (Orgs.). **Sujeito e subjetividades contemporâneas: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da UFC**. Fortaleza: Edições UFC; Imprensa Universitária, 2018.

COSTA, Candida Soares da. Dez anos de implementação da lei nº 10.639/2003: algumas evidências. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; MÜLLER, Tânia Mara Pedroso (Orgs.). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói, RJ: Editora da UFF, Alternativa, 2013.

FREITAS, Williem Silva de. Educação brasileira e o racismo contra os negros no sistema educacional: o que muda com a Lei 10.639/03 na escola?. VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. 20 a 22 de setembro de 2012: **Anais**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2012. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10184/18/17.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 75-85, agosto, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XknwKJnzZVFpFWG6MTDJbxc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 24 março 2021.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

KRAUSS, Juliana Souza; ROSA, Júlio César da. A importância da temática de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas. **Antíteses**, Londrina, PR, v. 3, n. 6, p. 857-878, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3632479>>. Acesso em: 24 março 2021.

MACEDO, Ana Márcia R. de Miranda. O racismo no ambiente escolar: como enfrentar esse desafio?. **Porto das Letras**, Porto Nacional, TO, v. 2, n. 1, p. 88-99, set. 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/2477>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MOORE, Carlos. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. A lei nº 10.639/2003 e a formação de professores: trajetória e perspectivas. In: \_\_\_\_\_. **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói, RJ: Editora da UFF; Alternativa, 2013.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos. A presença/ausência da história e cultura negra na escola. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; MÜLLER, Tânia Mara Pedroso (Orgs.). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói, RJ: Editora da UFF, Alternativa, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade étnico-cultural: a importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; MÜLLER, Tânia Mara Pedroso (Orgs.). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói, RJ: Editora da UFF, Alternativa, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. 3. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. Brasília: MEC; SECAD, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=658-vol2antirac-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=658-vol2antirac-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 02 maio 2021.

SILVA, Gracielle da Costa. A relevância das cotas raciais como ferramenta de transformação da realidade social da população negra brasileira. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, Recife, v. 3, p. 59-76, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/229994>>. Acesso em: 06 maio 2021.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. Brasília: MEC; SECAD, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=658-vol2antirac-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=658-vol2antirac-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 14 setembro 2020.